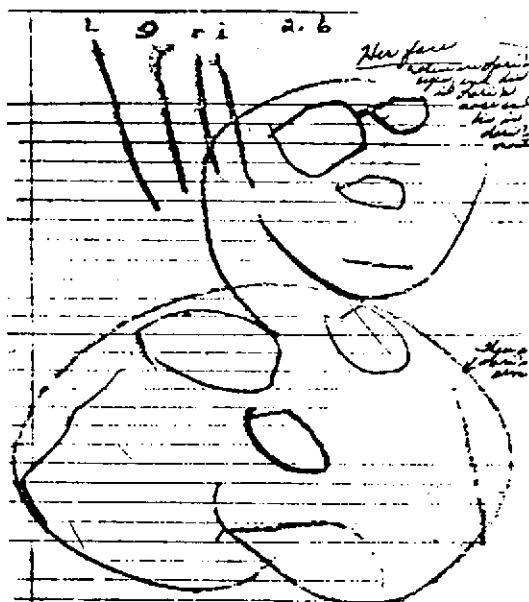


## PSICOGÊNESE DA LEITURA E DA ESCRITA E A PRÁTICA ESCOLAR DE ALFABETIZAÇÃO



A busca da articulação das contribuições dos estudos sobre a psicogênese da leitura e da escrita com uma proposta didático-pedagógica para a alfabetização escolar vem despertando discussões e polêmicas.

Considerando a importância dessas discussões, solicitamos o depoimento de duas pesquisadoras: Esther Pillar Grossi e Emília Ferreiro. À primeira, perguntamos quais as razões que a motivaram propor uma didática para alfabetização\*, tendo por base os níveis de conceitualização descritos pelos estudos sobre a psicogênese da leitura e da escrita. À segunda, perguntamos como vem analisando a freqüente utilização dos resultados de sua pesquisa no campo educacional.

Esther Pillar Grossi nos enviou o texto publicado a seguir. Emília Ferreiro, desculpando-se em razão de compro-

\* GROSSI, Esther P. *Didática da Alfabetização*. V. 1: Didática do nível pré-silábico. V. 2: Didática do nível silábico. V. 3: Didática do nível alfabético. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

\*\* FERREIRO, E. (org.) *Os filhos do Analfabetismo: Propostas para a alfabetização escolar na América Latina*. Trad. de Maria Luiza M. Abaurre. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

missos anteriormente assumidos, sugeriu-nos publicar trechos de sua participação nos debates do encontro latino-americano sobre propostas para alfabetização escolar na América Latina, em outubro de 1987\*\*.

### ESTHER PILLAR GROSSI

“Um professor responsável por uma turma numerosa de alunos em 1ª série do 1º grau, com a tarefa de alfabetizá-los, sabe por que uma Didática para ensinar a ler e a escrever. Esta necessidade é ainda mais acentuada se a turma de alunos é de classes populares e se ele se sente comprometido a alfabetizá-los todos.

Por isso, as descobertas de Emília Ferreiro são utilíssimas. O processo que ela identificou ajuda muito a superar as tremendas dificuldades em fazê-lo. Emília mostrou que toda aprendizagem, em particular a alfabetização, dá-se ao resolverem-se problemas em torno do que se quer aprender. Só é possível viver problemas relativos à alfabetização no convívio com atos e materiais de leitura e escrita. As crianças de classe popular estão privadas desse convívio pela ausência, em suas casas, de livros, revistas, jornais etc... e de pessoas que lêem e escrevem.

Propiciar-lhes estas experiências numa sala de aula e acompanhar inteligentemente as hipóteses que elas vão suscitar, é o que se denomina Didática da Alfabetização, destinada a alunos das classes populares, numa perspectiva construtivista.

Ora, isso não é tarefa fácil, nem rápida, nem ao alcance da ação, por mais criativa que seja, de professores isoladamente. Uma modificação de tal porte implica uma definição nova, tanto das posturas do professor e dos alunos, como de toda a atmosfera da sala de aula, pela implantação de atividades totalmente diferentes, em nível de conteúdo e de forma, relativamente ao que até agora se fez em alfabetização.

A sua complexidade e profundidade requerem estudos e experimentações sérias, avaliadas depois de acompanhamento científico por vários anos. Este é o espírito, a história e o objetivo da Didática da alfabetização que o GEEMPA vem construindo há mais de 20 anos.

A Didática é um ramo do conhecimento científico que permite fazer com que alguém, que não sabe algo estruturado logicamente de maneira complexa, passe a sabê-lo. Pelas contribuições da Didática é que as descobertas sobre os processos de aprendizagem são aproveitadas nas salas de aula. Isto é, a Didática concretiza as teorias cognitivas e, apoiando-se nelas, difere conforme se baseie no inatismo, no empirismo ou no construtivismo. Por outro lado, a Didática compreende obrigatoriamente, além da área cognitiva, ou seja a área da inteligência, as áreas do desejo, da cultura, do social e das formas de expressão, isto é, das linguagens. Por isso, baseando-se somente no construtivismo, podem-se produzir diferentes didáticas, pela combinatória dos diversos posicionamentos possíveis nestas outras instâncias da aprendizagem.

Muitíssimo está por ser feito no campo da Didática, tanto na continuação das aplicações do que se sabe - ou do que se necessita saber ainda a respeito do processo de alfabetização - como nos processos subsequentes do domínio da língua escrita, bem como de todas as outras disciplinas.

Esse espaço científico representa hoje um convite insistente e amplo para todos os profissionais da educação que queiram assumir tarefas de pesquisa, a fim de que vençamos o problema espantoso do fracasso escolar de milhares de brasileiros."

### EMÍLIA FERREIRO

"Aqui se está tocando em um ponto muito importante, que é o problema da relação entre a pesquisa básica e a utilização desses resultados no âmbito educativo.<sup>1</sup> Quando iniciamos com Ana Teberosky e outras pessoas as pesquisas sobre a psicogênese da língua escrita, tínhamos uma preocupação e também uma esperança educativa: que ela servisse para contribuir à solução do problema das crianças que fracassam na escola.

Mas tínhamos também um certo medo com relação ao que iria acontecer no contexto escolar com os resultados alcançados pela pesquisa. Há uma diferença evidente entre as necessidades de uma pesquisa básica e as de uma prática educativa: as certezas na pesquisa básica são sempre poucas e o pesquisador sabe que se trata de verdades provisórias; no

âmbito educativo, em contrapartida, - por razões que nem sempre têm a ver com os próprios educadores, mas sim com o contexto no qual se desenvolve a ação e com as expectativas sociais a ela vinculadas - esperam-se certezas, e não verdades provisórias. Além disso, as certezas de que necessitam um educador são muito mais numerosas do que as que ele encontra à sua disposição.

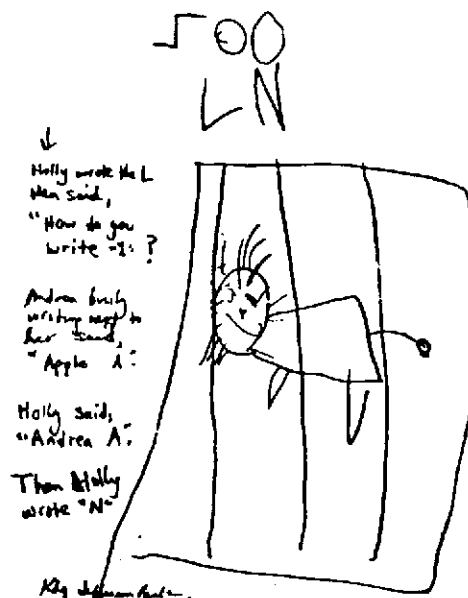
Quando um autor publica alguma coisa, quando põe a serviço público um resultado de pesquisa, sabe que isso necessariamente vai ser assimilado pelos usuários, e que muitas coisas acontecem durante esses processos de assimilação, a tal ponto que em alguns casos aquele autor já não se reconhece mais.

Por outro lado - como destacava Clotilde<sup>2</sup> no início - na América Latina existiu uma grande urgência em usar esses conhecimentos que ajudavam a encarar de outra maneira o processo de alfabetização. Isto é perfeitamente compreensível: a quantidade de analfabetos existentes no continente justifica que se tenha tentado fazer uma aplicação de imediato. O analfabetismo constitui, em nossa região, uma situação insuportável, e parece-me perfeitamente justificado que os educadores não tenham esperado o tempo suficiente da pesquisa para apropriar-se dela.

Colocada a situação nestes termos, o que estava claro desde o começo - do ponto de vista da pesquisa básica - eram os níveis de conceitualização, que foram definidos de certa forma em nosso primeiro livro, que foram paulatinamente redefinidos e que certamente ainda podem ser objeto de novas especificações. A possibilidade de distinguir estes níveis de conceitualização mostrava que havíamos descoberto algo semelhante a momentos relativamente estáveis de organização. Os indicadores mais claros do que as crianças estavam pensando nos eram dados por suas produções espontâneas, quando escreviam algo que não era uma cópia. Isto não quer dizer que não poderíamos ter encontrado outros

1 Emília Ferreiro refere-se a desdobramentos anteriores do debate, especificamente às intervenções de Esther Pilar Grossi e Ana Maria Kaufman, que trouxeram à discussão a utilização dos níveis de conceitualização para a avaliação de alfabetizandos.

2 Clotilde Pontecorvo, pesquisadora italiana. No início dos debates relativos ao tema "Avaliação e Planejamento dos projetos", a pesquisadora apresentou os tópicos para discussão e fez referência à forte impressão que lhe causara a rapidez com que os resultados da pesquisa sobre a psicogênese da leitura e da escrita se difundiram na América Latina, o que, segundo ela, "... demonstra uma capacidade de implementar os resultados de uma pesquisa de modo muito mais imediato do que, pela minha experiência, tem ocorrido na Itália" (Os Filhos do analfabetismo. p.31.)



indicadores; esses foram os que encontramos e, por alguma razão (talvez muito mais profunda, mas impossível de ser desenvolvida agora), os indicadores da produção foram mais seguros do que os indicadores relativos à interpretação de textos. Aqui acontece o que disse Ana Maria claramente: sabemos interpretar melhor as produções das crianças do que seus atos de interpretação de textos.

O que foi feito dessa constatação no âmbito educativo? Ocorreu algo que me parece muito natural: os níveis de conceitualização eram o aspecto do qual os educadores podiam apropriar-se mais facilmente, e, à medida que eles estavam aprendendo a olhar as crianças e a categorizá-las, utilizavam essa categorização com fins pedagógicos.<sup>3</sup>

Sem tentar fazer comparações abusivas, isso é parecido ao que ocorreu com a teoria Piagetiana, quando entrou no âmbito educacional: os resultados educacionais começaram a ser medidos em termos de nível operatório, de aquisição de estruturas cognitivas.

É natural, então, que os educadores tenham feito - também no caso da língua escrita - essa transferência direta do psicológico ao pedagógico, que não tenham esperado que a investigação, avançasse mais para se apropriarem dos resultados. Isso é perfeitamente explicável pela situação de urgência educacional que há na América Latina e porque, quando a pedagogia descobre, através da investigação, uma

certeza, ou quase certeza, que lhe resulta instrumental, já que lhe dá novos olhos para ver a realidade, é lógico que trate de implementar diretamente essa descoberta. Mas agora, passados alguns anos de experiência, é evidente que o que é uma construção teórica psicológica não deve ser confundido com um objetivo pedagógico. Os objetivos pedagógicos envolvem essas conceitualizações psicológicas sem se confundirem com elas. Parece-me que apenas há pouco tempo estamos em condições de examinar objetivos especificamente pedagógicos - a definição dos objetivos pedagógicos requer que discutamos o que perguntou Clotilde: o que entendemos por haver alfabetizado um criança? - e são vocês que devem fazê-lo. Eu vou continuar fazendo pesquisa básica porque é o que melhor sei fazer, mas quero também identificar através da prática de vocês, as necessidades específicas da pesquisa básica. A pesquisa básica também tem prioridades, e é possível priorizar temas em função da lógica interna da investigação, ou em função de certas necessidades externas."

FERREIRO, E. (org.) *Os filhos do analfabetismo: propostas para a alfabetização escolar na América Latina*. Trad. de Maria Luiza M. Abaurre. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. p. 35-6.

<sup>3</sup> Emília Ferreiro refere-se às intervenções feitas anteriormente por Ana Maria Kaufman e Esther Pillar Grossi sobre a especificidade da utilização dos níveis de conceitualização no que diz respeito à avaliação da escrita, de um lado, e da leitura, de outro lado.